



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **RECURSO N.º 10, DE 2019**

**(Do Sr. Rui Falcão)**

Recorre contra a devolução do PL nº 1.180/2019, que "Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para "regular a transmissão das sessões plenárias pela TV Justiça".

**DESPACHO:**

SUBMETA-SE AO PLENÁRIO, APÓS TER SIDO OUVIDA A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA, NOS TERMOS DO ART. 137, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO. PUBLIQUE-SE

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente:

Venho, por meio deste, com fulcro no art. 137, § 2º, do Regimento Interno, interpor recurso contra decisão de V. Exa. que devolveu o Projeto de Lei nº 1.180, de 2019, de minha autoria, por considerá-lo inconstitucional.

Para esse efeito, recorro que a decisão de V. Exa. tem, como razões alegadas e fundamento, o art. 2º (independência e harmonia entre os Poderes), o art. 93, IX (publicidade dos julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário), o art. 99 (autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário), e o art. 220, *caput* (liberdade de manifestação), todos da Constituição Federal.

Infelizmente devo observar – e o faço com todo o respeito – que V. Exa., a despeito de presidir com discernimento esta Casa, neste particular não manifestou consideração, apreço e apego a um princípio-poder constitucional, que permeia todas as relações entre os Poderes, sendo, na verdade, mais do que isso. Refiro-me a uma orientação superior que possibilita a ponderação entre as atividades institucionais da República e busca estabelecer a primazia do titular da democracia – o povo brasileiro –, através da representação parlamentar consubstanciada nesta Casa: o poder de FISCALIZAÇÃO, deferido constitucionalmente ao Poder Legislativo.

Na verdade, é justamente o princípio de fiscalização que permite a sincronização entre a atuação institucional de cada um dos Poderes, conferindo-lhe harmonia, canalizando, ademais, a mensagem de que os mesmos devem funcionar sem perder a consideração pela vontade do povo brasileiro, aqui representado pelos parlamentares.

Nesse particular, o poder de fiscalização em nada destoa dos dispositivos constitucionais indicados por V. Exa., com o objetivo de restringir a tramitação da proposição, de minha autoria, impedindo o debate da Casa sobre o tema.

Com o devido respeito aos argumentos por V. Exa. expendidos, a proposição, de minha lavra, tem como pressuposto constitucional justamente a fiscalização deferida ao Poder Legislativo e que se coaduna perfeitamente com o princípio magno da independência e harmonia dos Poderes (art. 2º), com a publicidade – que continuará existindo –, isto é, qualquer cidadão terá assegurado o direito de continuar assistindo a qualquer julgamento do Poder Judiciário, que não precisa dar-se apenas pela TV (art. 93, IX), em nada

restringindo, por decorrência, a autonomia do Poder Judiciário (art. 99), nem minorando a liberdade de manifestação do referido Poder (art. 220, *caput*).

Gostaríamos, a propósito, de lembrar, o Estudo muito bem fundamentado, de autoria do jurista e Consultor desta Casa, Dr. Carlos Eduardo Frazão, com referência ao funcionamento do Tribunais Constitucionais, no que diz respeito à sistemática das suas decisões: basicamente as Cortes decidem pelo sistema anglo-saxão do **voto em série** ou **seriatim** (“que caracteriza-se pela prolação de votos individuais por cada juiz constitucional”); pelo sistema “franco-germânico, denominado de institucional, que se materializa pela apresentação de votos impessoais e desidentificados, e pelo norte-americano, conhecido como modelo **misto** ou **intermediário**, em que coexistem os votos institucionais (anônimos ou *per curiam*), mas se autoriza a divulgação de manifestações individuais (concorrentes ou dissidentes)”. [Grifos do autor.]

Em suma, é bastante razoável, plausível e efetivo que a Corte Constitucional – como o nosso Supremo Tribunal Federal – decida de forma diferente da atual exposição televisiva, que acaba por estimular debates redundantes, não raro, de natureza não institucional, em que, infelizmente, a vaidade assoma-se em detrimento da justiça.

**Impõe-se, dessa forma, que seja pelo menos discutida a necessidade de alterar-se o regramento atual sobre a sistemática das sessões televisionadas do Supremo Tribunal Federal, o que, inclusive, permitiu que o PL nº 7.004, de 2013, de autoria do Deputado Vicente Cândido, e sobre o mesmo tema, tivesse, então, sido recebido pelo Presidente da Casa, que o distribuiu à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, sendo, pela mesma, a propósito, aprovado.**

Resta caracterizada, portanto, e respeitosamente, uma injustificada desconsideração pela proposição que agora motiva o presente Recurso, qual seja, o PL nº 1.180, de 2019, razão pela qual requeiro que o mesmo possa voltar a tramitar, recebendo, para tanto, a devida distribuição.

Sala das Sessões, em 26 de março de 2019.

**RUI FALCÃO**  
Deputado Federal PT/SP

# PROJETO DE LEI N.º 1.180, DE 2019

## (Do Sr. Rui Falcão)

Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para "regular a transmissão das sessões plenárias pela TV Justiça".

### DESPACHO:

DEVOLVA-SE A PROPOSIÇÃO, COM BASE NO ARTIGO 137, § 1º, INCISO II, ALÍNEA "B", DO RICD, POR VIOLAR O DISPOSTO NOS ARTS. 2º; 93, INCISO IX; 99, CAPUT E 220, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. OFICIE-SE AO AUTOR E, APÓS, PUBLIQUE-SE.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dá nova redação ao art. 32 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.

Art. 2º O artigo 32 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações em sua redação:

“Art. 32.....

.....

*IV - um canal reservado ao Supremo Tribunal Federal, para a divulgação dos atos do Poder Judiciário e dos seus trabalhos, sendo vedada a transmissão ao vivo ou gravada, com ou sem edição, de suas sessões e dos demais Tribunais Superiores nos julgamentos que envolvam processos penais e cíveis.*

.....

*§22. As geradoras locais de TV poderão, eventualmente, restringir a distribuição dos seus sinais, prevista no caput deste artigo, mediante notificação judicial, desde que ocorra justificado motivo e enquanto persistir a causa.*

*§23. A prática a que se refere o § 22 deste artigo abrange a situação em que a pessoa se sinta prejudicada pela simples transmissão para divulgação de fato, ato, acontecimento, insinuação, denúncia ou decisão de qualquer natureza, inclusive judiciária não publicada e não transitada em julgado, que envolva o seu nome e sua reputação, a respeito do que a representação prevista no referido parágrafo anterior independará das providências que venha a tomar, administrativa ou judicialmente, em sua defesa.”*

Art. 3º Fica vedada a transmissão ao vivo ou gravada, com ou sem edição, das sessões

do Supremo Tribunal Federal e dos demais Tribunais Superiores nos julgamentos que envolvam processos penais e cíveis, na Rádio Justiça.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A criação da TV Justiça, em 11 de agosto de 2002, representou uma novidade e uma peculiaridade do sistema judicial brasileiro. Não se tem notícia de canal semelhante em outros países. O objetivo consistiria em buscar a transparência e a eficiência dos atos do Poder Judiciário, supostamente para aproximá-lo da população. A transparência, se considerada esta pela simples transmissão ao vivo das sessões, não se caracteriza, porque as decisões, muitas vezes, já são conhecidas dos membros do Tribunal, que em Plenário apenas relatam seus votos adremente conhecidos dos demais. Isso é, na verdade, uma aparente transparência. O mesmo se pode dizer quanto à suposta maior eficiência. Ora, esse caráter, presente nos atos judiciais em geral é, na verdade, um pressuposto de eficiência. Porque todo ato judicial pressupõe legitimidade eficaz.

“Nem todos os tribunais têm sessões públicas. Há caso em que elas acontecem e depois é que se sabe do resultado”, explica o advogado **Arnoldo Wald**. Lembra ele que, por exemplo, as sessões da Suprema Corte dos EUA **são secretas**. O grande público só fica sabendo da decisão dos juízes, mas não toma conhecimento dos debates. O mesmo professor Wald adverte que o que a Constituição exige é a publicidade dos atos e não o andamento dos trabalhos. Para divulgação, isso pode ser feito simplesmente pelo Diário Oficial e não em um canal de TV.

A maior “transparência” implica muitas vezes cenas de constrangimento, protagonizadas por ministros em Plenário.

Basta isso para que tenhamos uma espécie de desmoralização da nossa Corte Suprema.

Nesse quadro, a melhor contribuição que se pode dar atualmente é não autorizar que as transmissões sejam ao vivo ou mesmo editadas. A regra geral – e legal – é a de que o juiz só fala nos autos.

São essas as razões que nos inspiraram a propor o presente projeto – inicialmente apresentado pelo deputado federal Vicente Cândido – na expectativa de sua acolhida por nossos pares.

Ante o exposto, submeto a esta Casa e a sua aprovação o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 2019.

**RUI FALCÃO**  
Deputado Federal PT/SP

**FIM DO DOCUMENTO**